

Agência Estado

01/06/2017 08:00:33 - EMPRESAS E SETORES

AMEC QUESTIONA ABRANGÊNCIA DO ACORDO DE LENIÊNCIA DA JBS E DIZ QUE INVESTIDOR FICOU DE FORA

São Paulo, 31/05/2016 - O presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Mauro Cunha, considera essencial o ressarcimento da totalidade dos acionistas da JBS, após a delação dos controladores da empresa que abalou o País e reduziu abruptamente o valor de mercado da companhia - foram mais de R\$ 5 bilhões desde o dia 17 de maio.

"Me deixa muito preocupado o que estão dizendo de que esses R\$ 10,3 bilhões (do acordo de leniência) vão ressarcir apenas BNDES e fundos de pensão. E os outros acionistas?", questionou ele, em entrevista ao **Broadcast**. Para o representante, não só os fundos de pensão e BNDES devem ser ressarcidos de prejuízos com a JBS, mas também os acionistas minoritários.

"Se os fundos e a estatal forem mais uma vez os únicos a receber, vamos estar dizendo para os investidores 'não invistam no Brasil porque vocês não terão seu dinheiro de volta se forem roubados', afirmou.

O Grupo J&F chegou a um acordo de leniência, divulgado na noite de ontem. Segundo a **Coluna do Estadão**, o documento prevê que do total a ser pago, R\$ 8 bilhões serão destinados a Funcef (25%), Petros (25%), BNDES (25%), União (12,5%), FGTS (6,25%) e Caixa Econômica Federal (6,25%). O restante da multa, R\$ 2,3 bilhões, será pago por meio de projetos sociais, especialmente nas áreas de educação, saúde e prevenção da corrupção.

A Amec divulgou ontem um comunicado se posicionando em relação ao caso JBS. Para a instituição, o evento deixou expostas as fragilidades do mercado de capitais brasileiro. "Outras lições que já deveríamos ter aprendido no passado deveriam estar em prática e isso não está acontecendo", disse Cunha.

Para ele, atualmente, o investidor pode fazer muito pouco como acionista minoritário de uma empresa brasileira para se proteger. Apesar disso, ele elogia a atuação recente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desde o último dia 18, o órgão regulador do mercado de capitais já instaurou oito processos administrativos envolvendo a JBS.

Os processos investigam questões que não foram contempladas no acordo de leniência. Um dos inquéritos administrativos, por exemplo, está relacionado à atuação da companhia no mercado de dólar futuro. "Às vezes, as maneiras como a coisa anda torna o evento um tanto opaco para quem observa do lado de fora, muitas vezes a CVM trabalha, mas a gente não consegue ver", disse. "Se ela tivesse mais recursos, estaria olhando para mais situações e possivelmente teria encontrado os problemas de uma empresa como essa, antes de estourar".

Sobre o futuro da companhia, Cunha afirmou que os investidores vão olhar a JBS com "lupa". "O sistema de supervisão interna da JBS claramente não funcionou, cabe aos reguladores apurar agora", afirmou.

Para ele, não o mercado de capitais não deve mais aceitar a "governança de papel" e as responsabilidades precisam ser apuradas. (Camila Turtelli e Karin Sato,

camila.turtelli@estadao.com; karin.sato@estadao.com, colaborou Gabriel Vieira, especial para a Agência Estado)